



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

VISITAS DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA À SP TELEVISÃO

Relatório

19.junho.2013



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

PROGRAMA

10h00 - Receção e apresentação da SP Televisão

10h30 - Visita às instalações - O processo produtivo

11h30 - Reunião de trabalho

Situação atual do mercado, a lei do cinema e audiovisual no universo da produção Nacional

Canais temáticos vs. Produção de conteúdo Nacional

A força do conteúdo de ficção Português e o reconhecimento internacional

12h45 - Final da visita

DELEGAÇÃO DE DEPUTADOS

- Deputado José Ribeiro e Castro – Presidente;
- Deputado Acácio Pinto – PS – Vice-Presidente;
- Deputada Rosa Arezes – PSD;
- Deputada Manuela Tender – PSD;

DELEGAÇÃO DA SP TELEVISÃO:

- João Pedro Lopes – Administrador
- Jorge Marecos - Administrador
- Bruno José – Diretor Geral
- Pedro Lopes – Diretor de Conteúdos

SÍNTESE DA VISITA

Os representantes da SP Televisão fizeram uma breve apresentação da produtora, constituída em 2007, que conta já com 20 títulos produzidos e que tem como principais clientes a SIC (novelas) e a RTP (séries). A empresa tem cerca de 20 autores residentes, sem exclusividade, e inicia agora as dobragens para televisão e os magazines (Ex: Rota dos Vinhos). Nas instalações estão a trabalhar, de momento, cerca de 500 profissionais, sendo que se encontram em desenvolvimento 3 projetos. Como mais-valias da empresa,



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

destacaram o know-how dos profissionais e a relação qualidade/preço dos seus produtos.

Relativamente à sua internacionalização, referiram que se encontram a discutir orçamentos de produção com Espanha, onde os custos de mão-de-obra são bastantes elevados, e estão ainda a estabelecer contactos com a Colômbia e Brasil.

Referiram-se ainda à importância cultural das novelas, com uma audiência de cerca de 3 milhões de pessoas por dia, por abordarem questões fraturantes, que procuram ir ao encontro dos problemas e dos interesses das pessoas. Esclareceram ainda que não existe procura/encomendas de telefilmes.

O Sr. Presidente da Comissão e os Srs. Deputados colocaram algumas questões, nomeadamente sobre o desenvolvimento da Televisão Digital Terrestre (TDT) e os seus benefícios em relação ao Cabo, sobre a composição da direção do ICA e a importância de assegurar a representatividade do setor, sobre os impactos da Lei n.º 55/2012 para o setor do audiovisual.

Em resposta às várias questões, os representantes da SP Televisão afirmaram que o Cabo se sobrepôs à TDT, cujo desenvolvimento traria benefícios para as produtoras, principalmente para as de menor dimensão, uma vez que o Cabo não tem obrigações de produção. Apresentaram o caso da FOX, que exhibe 1000 horas de ficção em Portugal, sem quaisquer obrigações. A este respeito, entendem que qualquer quota, mesmo que simbólica, seria importante para a divulgação do produto nacional e para a captação do capital estrangeiro, como acontece no Brasil, que tem legislação que obriga a produção própria.

Referiram-se às fontes de financiamento (publicidade, operadores de plataformas, Estado) e consideraram fundamental legislar no sentido da dinamização e do fomento das produtoras nacionais.

Fizeram ainda referência à Lei n.º 55/2012 - *Estabelece os princípios de ação do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais*, afirmando que a Lei é omissa em relação às características da atividade do audiovisual e que não se revêem na forma de distribuição de verbas ali definidas, considerando que os meios alocados ao cinema criam efeito de eucalipto.

Relativamente à extinção do Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual - FICA, lamentaram que se tenham criado expectativas às empresas, que investiram e definiram estratégias, para depois se alterar a Lei, passando o ICA a decidir a quem atribui as verbas. A propósito do ICA, consideraram que existe um preconceito em



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

relação ao que não é cinema, por se entender que são produtos intelectualmente pouco interessantes.

Realçaram a importância de uma visão económica produtiva, que permita sedimentar a indústria cultural, referindo que é importante uma frente parlamentar de apoio ao audiovisual, uma vez que a lei em vigor não tem em conta o tecido empresarial e a internacionalização desta indústria.

Referiram que estão a ser produzidas obras cinematográficas que não são exibidas, porque não há distribuidores interessados, e consideraram fundamental apoiar a sustentabilidade, a distribuição e a internacionalização deste setor.

No final, os Srs. Deputados manifestaram a disponibilidade da Comissão para discutir alguns aspetos específicos relativos ao exercício da atividade da SP Televisão.

Seguiu-se a visita às instalações.

A documentação da visita encontra-se disponível na [página da Comissão, na internet](#).

Palácio de S. Bento, 19 de junho de 2013

A assessora da Comissão,
Cristina Tavares